



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

AGROPECUÁRIA

Caracterização regional da agropecuária no Estado

A produção agropecuária apresenta diversos contrastes regionais no Estado de Minas Gerais, devido aos modelos produtivos estabelecidos em função da aptidão agrícola (temperatura, solos, água), da caracterização socioeconômica dos empreendedores rurais e da atuação das políticas públicas. O valor de produção das mesorregiões de Minas Gerais pode ser conferido na tabela a seguir:

Valor de Produção (milhões de reais) – Ano de 2006

	Lavouras Temporárias	Lavouras Permanentes	Horticultura	Floricultura	Extrativismo	Silvicultura	Agroindústria rural	Produtos Animais	Abate de Bovinos	Soma
Sul	978,3	2993,1	137,0	9,6	1,9	39,5	21,3	949,7	22,8	5153,3
Triângulo	1699,2	306,6	36,1	1,6	4,2	13,2	38,0	459,6	30,7	2589,1
Alto Paranaíba	903,2	833,8	24,8	5,5	1,3	30,4	58,9	444,9	10,2	2312,9
Central	353,7	137,9	241,2	12,1	6,1	118,3	165,0	595,2	23,5	1653,0
Mata	208,4	800,6	49,1	7,9	4,4	53,7	21,6	365,1	12,4	1523,3
Centro-Oeste	292,0	411,9	32,1	0,6	0,9	36,3	46,9	498,6	9,9	1329,2
Noroeste	784,0	85,2	2,9	0,1	2,3	32,5	38,6	156,2	14,2	1116,0
Norte	268,8	315,0	15,8	0,2	22,1	31,7	66,4	249,2	24,6	993,8
Rio Doce	142,9	286,9	20,7	0,1	3,1	35,3	22,9	228,6	17,0	757,6
Jequitinhonha/Mucuri	122,5	142,0	9,7	1,6	13,0	51,6	87,4	147,5	12,2	587,5
Total	5753,0	6312,9	569,5	39,2	59,2	442,6	567,0	4094,5	177,6	18015,6

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, Pesquisa Agrícola Municipal, Pesquisa Pecuária Municipal.

A tabela a seguir mostra a eficiência produtiva das cadeias agropecuárias em cada mesorregião do Estado, comparada com a média nacional e com a do Sudeste, para o ano de 2006. A produtividade do milho e da pecuária leiteira é um importante indicador do grau de transição tecnológica da agropecuária de uma região, por sua presença significativa nos diversos sistemas de produção, desde os de agricultura familiar mais tradicional até os empreendimentos empresariais de larga escala¹. O índice elevado de produtividade das lavouras permanentes no Norte de Minas se deve à bananicultura irrigada, enquanto nas outras regiões, a produtividade sofre influência predominante da lavoura cafeeira. Nas lavouras temporárias da região Sul, o índice de produtividade se eleva em função do alto rendimento por hectare dos plantios de batata e tomate.

¹ Para o caso do milho, seu uso como indicador para esse fim referenda-se no seguinte estudo: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Cadeia produtiva do milho**. Secretaria de Política Agrícola, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura; coordenador Luiz Antonio Pinazza. – Brasília : IICA : MAPA/SPA, 2007.

Mesorregiões	Lavoura Temporária	Lavoura Permanente	Milho	Leite
	<i>mil R\$/ha.ano</i>	<i>mil R\$/ ha.ano</i>	<i>toneladas/ha.ano</i>	<i>mil litros/vaca.ano</i>
Sul	2,24	5,87	4,83	2,00
Triângulo	1,76	7,24	5,14	1,71
Alto Paranaíba	1,79	5,94	5,39	2,50
Central	1,70	7,59	2,86	2,02
Mata	1,15	3,85	2,41	1,61
Centro-Oeste	1,61	5,32	3,93	2,15
Noroeste	1,35	7,15	4,61	1,95
Norte	0,91	12,14	0,54	0,93
Rio Doce	1,22	3,02	1,15	1,27
Jequitinhonha/ Mucuri	1,60	2,95	0,60	1,08
Minas Gerais	1,62	5,36	3,87	1,77
Sudeste	2,11	5,51	3,96	1,70
Brasil	1,30	4,01	3,28	1,60

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, Pesquisa Agrícola Municipal. Ano de 2006

As regiões do Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste de Minas Gerais apresentam o domínio da agricultura empresarial, com expressiva produção de lavouras temporárias e do café irrigado. Inseridos em um mercado competitivo de “commodities” agrícolas, os empresários agrícolas precisam estar sempre munidos de tecnologias de produção de ponta, de modo a manter a viabilidade econômica dentro das cada vez mais estreitas margens de lucratividade – tão estreitas que, conjugadas aos altos riscos inerentes à atividade agropecuária, assim como aos investimentos vultosos em maquinaria e insumos, só tornam esse negócio atrativo quando exercido em grande escala e com um aproveitamento máximo dos recursos naturais disponíveis. A forma de produção empregada tem resultado numa forte pressão sobre os ecossistemas nativos que ainda restam nessas regiões, assim como no aumento abrupto no uso de recursos hídricos com fins de irrigação.

Também cabe ressaltar que, no processo histórico de mecanização dos modelos produtivos agropecuários dessas regiões, houve uma grande liberação de mão de obra, acelerando o êxodo rural e, em parte, arregimentando membros para movimentos de reforma agrária. Como as áreas de maior aptidão agrícola já se encontram sob utilização intensiva, restam à reforma agrária e aos pequenos produtores as áreas de terrenos mais arenosos e menos férteis, nas cabeceiras das bacias. Além de configurar uma exclusão socioespacial, essa ocupação marginalizada impacta justamente as áreas mais importantes para a recarga dos cursos de água e dos aquíferos subterrâneos, agravando indiretamente os conflitos por recursos hídricos.

Nas regiões Norte e Jequitinhonha, as limitações climáticas (alta temperatura e escassez hídrica sazonal) típicas da transição para o semiárido dificultam a aplicação dos modelos tecnológicos de produção agrícola e pecuária desenvolvidos nas demais regiões do Estado. Embora a agricultura irrigada possa emergir como alternativa econômica viável, a escassez hídrica e os decorrentes conflitos pelo uso da água também impõem limitações severas a essa opção. Resta, portanto, a possibilidade de investimento em políticas públicas de produção e regularização de recursos hídricos, de forma a aumentar a margem de água disponível para irrigação.

Principalmente nos vales do Jequitinhonha e Mucuri, mas também na região Norte, há um grande contingente de famílias de pequenos agricultores em situação de fragilidade social. Utilizando-se de métodos arcaicos de produção, esses núcleos familiares compõem verdadeiros bolsões de pobreza, afastados de inovações tecnológicas e gerenciais, acesso a serviços públicos, a infraestrutura e a meios de comunicação, entre outras facilidades cada dia mais presentes em outras áreas rurais do Estado. Marginalizados historicamente, esses territórios continuam fora do alcance de fluxos de modernização que se estenderam por outras regiões do país. Contudo, guardam relevante conhecimento e cultura passados de pais para filhos, registros de modos de viver e produzir nesses ambientes, que devem ser valorizados e conciliados com as ações de desenvolvimento tecnológico e social.

Na região Sul, em uma paisagem de clima mais ameno e regular que o do norte do Estado, a dinâmica histórica de ocupação deu origem a uma distinta configuração fundiária e produtiva. Sob a influência modernizadora de São Paulo e do Sul do País, os pequenos produtores conseguiram acompanhar o desenvolvimento tecnológico e gerencial nos setores em que se especializaram, com maior destaque para o café, a pecuária leiteira e as frutas de clima temperado. Todavia, nos anos mais recentes, a competitividade do agronegócio, atrelada à já comentada retração da margem de lucro, tem dificultado a viabilidade do negócio rural de pequena escala, levando a uma inicial, mas cada vez mais sensível, concentração fundiária e produtiva. São tendências que se fazem sentir tanto na agricultura quanto na criação de animais e que ameaçam levar a uma reestruturação produtiva rural.

Nas regiões da Zona da Mata, Rio Doce e Mucuri, também com predomínio de pequenas propriedades, observa-se a transição entre as características da região Sul e as do Jequitinhonha, tanto em relação ao grau tecnológico de produção quanto ao risco climático para a agropecuária. Na região do Rio Doce, há ainda o agravante da

significativa presença de solos degradados, o que reduz ainda mais a produtividade no campo.

As cadeias produtivas da olericultura (área da horticultura que abrange a exploração de hortaliças e que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos, frutos diversos) também possuem características peculiares. Localizados sobretudo no entorno dos grandes centros urbanos e, especialmente, no entorno da Região Metropolitana de Belo Horizonte, os horticultores criam verdadeiros cinturões verdes, responsáveis pela segurança e estabilidade no fornecimento alimentar aos núcleos urbanos. Em geral, trata-se de pequenos agricultores, com rentabilidade mais elevada por hectare do que os das demais cadeias produtivas agropecuárias. Um aspecto relevante para as políticas públicas que afetem a olericultura é a qualidade da água utilizada para irrigação dos alimentos e, ademais, a contaminação dos cursos d'água pelos defensivos agrícolas. Em virtude de se situar entre áreas de expansão urbana e de mananciais de abastecimento público e, também, por comumente não respeitar as áreas de preservação permanente das margens dos rios, a olericultura apresenta um cenário complexo, mas que pode potencialmente ser gerenciado por instrumentos econômicos, a exemplo das políticas de pagamento por serviços ambientais. Ainda nesse aspecto, uma forte vulnerabilidade social do horticultor se encontra na sua exposição à sobreaplicação de agrotóxicos sem o uso adequado de equipamentos de proteção individual – EPI.

São problemas também enfrentados pela agricultura urbana, atentando que esta possui um papel importante na segurança alimentar e nutricional de comunidades em situação de risco. Nesse aspecto, cabe notar as iniciativas isoladas, mas exemplares, da Emater na assistência técnica a hortas comunitárias, valorizando tanto seu aspecto produtivo quanto o fortalecimento de vínculos sociais.

De forma a se assegurar a viabilidade produtiva de regiões com predomínio de pequenas propriedades, como o Sul, Jequitinhonha, Mucuri, Zona da Mata, Rio Doce e Central, torna-se urgente o desenvolvimento e, posteriormente, a extensão técnica rural de pacotes tecnológicos adaptados para a produção em pequenas propriedades, denominados “tecnologias sociais”. Nesse direcionamento, cita-se como exemplo o atual desenvolvimento, pela Epamig, de um pacote tecnológico para irrigação em pequenas propriedades.

Outra atuação relevante do poder público na relação entre produção agropecuária e vulnerabilidades sociais é o combate ao trabalho escravo e a situações degradantes do trabalhador rural. A ação do Ministério Público do Trabalho e da Justiça do Trabalho tem

causado transformações marcantes nas relações trabalhistas no meio rural, trazendo uma maior proteção aos trabalhadores. Os frequentes conflitos trabalhistas, contudo, têm levado os empregadores a optar por uma transição mais rápida para a mecanização rural, com a conseqüente liberação da mão de obra rural.

Ainda quanto às relações de trabalho na agricultura, é preciso atentar para as complexas conseqüências sociais advindas do trabalho volante sazonal de boias frias nas culturas da cana, do café e da laranja. Esses trabalhadores migram de regiões pobres, como o Jequitinhonha, e mesmo de Estados do Nordeste do Brasil, submetendo-se a situações degradantes de trabalho, sendo parcamente remunerados e não raro submetidos a trabalho escravo, além de serem alvo de discriminação social por parte dos moradores da localidade da colheita. Geralmente, deixam suas mulheres e seus filhos na região de origem, o que causa sofrimento e desestruturação nos ambientes familiares. Tal situação resulta num círculo vicioso, já que os filhos, sem outra perspectiva de renda, acabam por repetir a situação dos pais.

O contingente e as rotas do trabalho volante são bastante dinâmicos e transformam-se rapidamente, como resposta a uma série de fatores, especialmente os relacionados à expansão e à retração das áreas cultivadas, devido a flutuações de mercado. No presente momento econômico, a atração desses trabalhadores para o mercado da construção civil também tem diminuído a disponibilidade de mão de obra volante para as lavouras. Em uma perspectiva de médio e longo prazo, prevê-se a tendência à diminuição da procura por trabalho volante, à medida que aumenta a mecanização das lavouras, seja na busca pelo aumento da produtividade, seja por pressões contra os impactos ambientais advindos da queima da cana-de-açúcar, seja pelo aumento da efetividade da fiscalização trabalhista. Todavia, essa pretensa queda de oferta de vagas tem sido amortecida, a curto prazo, pela abertura de novas frentes de plantio ainda não mecanizado de cana-de-açúcar em Minas Gerais e na região Centro-Oeste do Brasil.

Não obstante, tendo em vista um cenário futuro de lavouras mecanizadas, apresenta-se o problema público de como tratar o contingente de trabalhadores volantes que ficarão sem emprego. Nesse aspecto, as políticas públicas necessitam proporcionar, em médio prazo, condições de trabalho local que, preferencialmente, não impliquem fragmentação das famílias. Em curto prazo, todavia, a prioridade é oferecer alternativas de geração de renda para mulheres dos trabalhadores volantes, de modo que elas

possam oferecer uma vida mais digna para seus filhos, propiciando-lhes condições para escapar desse ciclo de pobreza.

Diante das considerações apresentadas neste capítulo, as estratégias que visem a um desenvolvimento sustentável na agropecuária devem levar em conta essa diversidade do cenário rural mineiro. O que se procurou expor, neste breve panorama, foi a existência de variadas realidades econômicas e culturais com as quais convivem os produtores rurais do Estado, o que implica diferentes formas de se relacionar com o solo, com os demais recursos naturais e com a natureza como um todo. A cada região, afiguram-se oportunidades, dificuldades e mesmo limitações em virtude da situação dos produtores rurais locais. Os fenômenos de trabalho volante, transcendendo os limites regionais, trazem uma complexidade ainda maior. Portanto, o desenvolvimento sustentável da agropecuária no Estado, competência do poder público em articulação com a sociedade, deve procurar conciliar, de forma harmoniosa, as demandas do consumo urbano, a melhoria de vida da população rural e a manutenção dos serviços ambientais necessários a toda a sociedade.

Textos para consulta:

- Transformando o desenvolvimento da agropecuária. Série: Minas Gerais no Século XXI. BDMG. 2002. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/minasinvest/volume-4-agropecuaria>>.
- PIB do agronegócio de Minas Gerais. Cepea/Esalq/USP. Disponível em: <www.cepea.esalq.usp.br/pibmg/>.
- A face oculta do agribusiness do açúcar e álcool no Brasil. Maria Aparecida de Moraes Silva. In VII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural. Quito. 2006. Disponível em: <www.alasru.org/wp-content/uploads/2011/07/04-GT-Maria-Aparecida-de-Moraes-Silva.doc>.